



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

Aos 12 dias do mês de maio de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, no Auditório António de Almeida Santos do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### Formato misto (presencial + videoconferência)

#### **10:00 HORAS**

1. Audição, por videoconferência, do Coordenador da Task-Force da Vacinação contra a Covid-19, requerida pelo PSD, em conjunto com a CEAMCOVID19, «sobre o processo de vacinação contra a Covid-19»;
2. Informações;
3. Apreciação e votação da ata n.º 70, de 5 de maio de 2021;
4. Discussão e votação do Texto resultante dos Projetos de Resolução n.ºs 238/XIV/1.ª, do PSD, 244/XIV/1.ª, do PAN, 763/XIV/2.ª, do PEV, 961/XIV/2.ª, do CDS-PP, 1035/XIV/2.ª, do PS, 1085/XIV/2.ª, do BE e 1096/XIV/2.ª, do PCP;
5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1218/XIV/2.ª (Ninsc CR), que «Reforça a proteção dos pais em caso de perda gestacional»;
6. Discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 1219/XIV/2.ª (BE), «pela urgente criação de uma unidade de cuidados intensivos no Centro Hospitalar do Oeste», e 1248/XIV/2.ª (PCP), «pela urgente intervenção no Centro Hospitalar do Oeste»;
7. Outros assuntos.

---

1. Audição, por videoconferência, do Coordenador da Task-Force da Vacinação contra a Covid-19, requerida pelo PSD, em conjunto com a CEAMCOVID19, «sobre o processo de vacinação contra a Covid-19»

O Vice-Presidente da Comissão, Deputado Alberto Machado, que presidiu aos trabalhos, agradeceu a presença do Vice-Almirante Henrique Gouveia e Melo,



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

Coordenador da Task-Force da Vacinação contra a Covid-19, concedendo-lhe de seguida a palavra para a sua intervenção inicial.

O Coordenador da Task-Force apresentou dados sobre os números das vacinas recebidas em Portugal e sua distribuição pelas regiões do País, referindo igualmente que, até à data, foram administradas cerca de 4 milhões de doses. Declarou também que poderão existir problemas na administração do *stock* de vacinas, devido ao limite etário imposto pela DGS à vacina da Janssen, apresentando de seguida dados sobre a percentagem de vacinação nas diversas faixas etárias. Salientou ainda que o agendamento central está mais afinado e tem tido sucesso, notando que a sua separação do agendamento local permitiu aumentar o ritmo de vacinação entre 20 mil a 30 mil pessoas por dia. Terminou apresentando previsões sobre os ritmos de vacinação, adiantando que se prevê atingir um número de 140 mil pessoas/dia durante o mês de junho, referindo ainda as previsões de vacinação para as faixas etárias dos 60-69 anos e 50-59 anos.

O Deputado António Maló de Abreu, do GP requerente, colocou questões acerca do desperdício de vacinas da Janssen e da AstraZeneca, devido às limitações impostas pela DGS, e sobre a estratégia de vacinação com estas vacinas. Questionou ainda sobre a aquisição e receção das 800 mil doses da vacina da Moderna.

Na sua resposta, o Coordenador da Task-Force avançou com os números de doses não utilizadas, reconhecendo que há um risco de as perder, tendo sido adotado um plano de contingência para tal eventualidade. Esclareceu ainda que a aquisição de vacinas passa pelo INFARMED, pois a task-force não tem mandato para negociar as aquisições, mas sim para operacionalizar o processo de vacinação.

Na primeira ronda de perguntas, intervieram os seguintes Deputados: Hortense Martins, que começou por agradecer o trabalho do Vice-Almirante e da sua equipa e colocou questões sobre a imunidade de grupo, o auto agendamento e o mecanismo Covax, pedindo ainda um balanço sobre os objetivos do plano de vacinação; Moisés Ferreira, que colocou questões sobre a contratação de profissionais, a utilização dos profissionais adstritos aos cuidados de saúde primários no processo de vacinação e sobre a não vacinação dos contratados em regime de «outsourcing» que trabalham em unidades de saúde; João Dias, que colocou questões sobre os números de vacinas fornecidas, as diferenças existentes no ritmo de vacinação nas diferentes regiões do País e suas causas; Ana Rita Bessa, que questionou acerca das restrições etárias ao uso da vacina



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

da AstraZeneca, o número de pessoas afetadas por estas restrições e as soluções propostas para ultrapassar este problema, sobre a vacinação heteróloga e o impacto, no plano de vacinação, da não renovação do contrato com a AstraZeneca.

Respondeu o Coordenador da Task-Force salientando a antecipação da previsão de 70% da população com a primeira toma para o mês de julho, em vez do mês de agosto, discorrendo também sobre a capacidade dos centros de vacinação, que poderá ser maior, se se aumentar o tempo de trabalho dos centros para 10 horas/dia. Recordando os objetivos do plano de vacinação, a saber: salvar vidas e aumentar a resiliência, reconheceu que a aposta feita em concentrar, numa primeira fase, a maioria dos esforços em salvar vidas foi uma aposta acertada, mais referindo que a estratégia da vacinação por faixas etárias é a mais transparente e a que produz resultados mais rapidamente. Prestou ainda esclarecimentos quanto à contratação de profissionais e à sua alocação às tarefas ligadas ao Plano de Vacinação, notando que há falta de pessoas para contratar, como por exemplo enfermeiros. No que concerne à vacinação de grupos específicos, esclareceu que, quanto aos profissionais de limpeza, os mesmos já começaram a ser vacinados e que quanto aos imigrantes, não são feitas quaisquer distinções, tendo todos direito à vacina. Reconheceu, no entanto, algumas dificuldades nesta operação, por conta da natureza itinerante da população migrante. Referiu também que, no que diz respeito à imunidade de grupo, os dados científicos começam a demonstrar que a vacina é uma barreira à transmissão do vírus, o que é positivo, e reforça a ideia de que todas as vacinas são boas e devem ser utilizadas. Prestou ainda esclarecimentos acerca das restrições impostas pela DGS à toma das vacinas da AstraZeneca e da Janssen e sobre a distribuição das vacinas pelas diferentes regiões do País.

Na segunda ronda, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Lara Martinho, António Maló de Abreu, Moisés Ferreira, João Dias e Ana Rita Bessa, tendo o Coordenador da Task-Force prestado os esclarecimentos solicitados.

O Presidente em exercício voltou a agradecer a disponibilidade do Coordenador da Task Force e a pertinência dos esclarecimentos prestados, tendo de seguida encerrado a audição.



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

#### 2. Informações

O Presidente em exercício recordou que a terceira audição regimental da Ministra da Saúde está agendada para o próximo dia 19 de maio, às 9:00. Informou igualmente que é necessário proceder à calendarização das audições das reuniões subseqüentes.

#### 3. Apreciação e votação da ata n.º 70, de 5 de maio de 2021

A ata n.º 70, respeitante à reunião de dia 5 de maio de 2021, foi submetida a apreciação, tendo sido aprovada por unanimidade.

#### 4. Discussão e votação do Texto resultante dos Projetos de Resolução n.ºs 238/XIV/1.ª, do PSD, 244/XIV/1.ª, do PAN, 763/XIV/2.ª, do PEV, 961/XIV/2.ª, do CDS-PP, 1035/XIV/2.ª, do PS, 1085/XIV/2.ª, do BE e 1096/XIV/2.ª, do PCP

O Deputado António Maló de Abreu requereu o adiamento deste ponto, uma vez que o Deputado Alexandre Poço, autor do texto comum, não pôde estar presente nesta reunião, pelo que foi reagendado para a próxima reunião da Comissão.

#### 5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1218/XIV/2.ª (Ninsc. CR), que «Reforça a proteção dos pais em caso de perda gestacional»

A Deputada Cristina Rodrigues apresentou o [PJR n.º 1218/XIV/2.ª](#), referindo que a perda de alguém tem um elevado impacto na vida das pessoas, em particular a perda gestacional, que representa a interrupção abrupta de um projeto de vida, com profundas consequências a nível emocional e social para os envolvidos. Torna-se por isso importante debater este tema, para melhorar a compreensão sobre o que os casais que passam por perda gestacional sentem e aumentar o apoio que lhes deve ser concedido, dado que esta questão tem sido insuficientemente abordada. Mais referiu que em Portugal existem lacunas nesta área, sendo essencial garantir aos casais apoio psicológico, para lidar com a perda, sendo também desejável que os casos de perda gestacional sejam acompanhados em alas separadas das mulheres que deram à luz, devendo-se também sensibilizar os profissionais de saúde que acompanham estas situações, estender o direito de acompanhamento legalmente previsto aos casos de perda gestacional, garantir o respeito e a informação sobre todos os direitos e prestações que a lei concede nestes casos e proceder à elaboração de relatórios



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

específicos com os dados estatísticos referentes a perdas gestacionais, como forma de garantir uma melhor monitorização, compreensão e prevenção destas situações.

A Deputada Sónia Fertuzinhos saudou a iniciativa da Deputada Cristina Rodrigues, pois é um tema relevante, devendo-se garantir que o apoio dado pelo SNS seja concedido em condições de igualdade a todos aqueles que sofrem com a perda gestacional, acompanhando o Projeto de Resolução em análise, porque assim se garante a uniformidade de procedimentos e o apoio psicológico que é essencial providenciar a quem passa por esta situação, destacando igualmente a importância da elaboração de relatórios que tratem estes dados de forma diferenciada, como base para estudos nesta área e ferramenta essencial para uma melhor compreensão e resposta às situações que provocam a perda gestacional e a criação de alas diferenciadas para os casos de perda gestacional, como medida de apoio psicológico e combate ao estigma ainda vivenciado nestes casos.

O Deputado António Maló de Abreu cumprimentou a Deputada Cristina Rodrigues pela sua iniciativa, referindo a intenção digna e humanista do presente Projeto de Resolução e destacando as recomendações positivas, como o reforço do apoio psicológico e a sensibilização dos profissionais de saúde para esta temática, embora reconheça que há questões e medidas que importa esclarecer, como a questão das alas separadas, por ser uma medida que se apresenta difícil de concretizar, concluindo que este tema não deve ser discutido de forma ligeira, sendo necessário ouvir os diversos atores desta área para uma compreensão desta realidade.

O Deputado João Dias considerou que a perda gestacional é uma questão que muitas vezes passa despercebida, mesmo nos serviços específicos, pelo que é preciso criar condições para melhorar a atenção dada a estas parturientes, chamando igualmente a atenção para a sensibilização dos profissionais de saúde, questão que merece mais reflexão, porque muitas vezes é condicionada pelo estado das condições em que os profissionais de saúde operam, destacando ainda a necessidade de dar uma resposta multidisciplinar ao acompanhamento do luto materno.

O Deputado Moisés Ferreira manifestou a opinião de que a humanização do SNS deve ser uma realidade constantemente presente, sobretudo em questões de perda, mostrando-se por isso essencial o aumento do apoio psicológico concedido a quem passa por situações de perda gestacional, sendo igualmente importante garantir o acesso à informação e ao conhecimento dos direitos que a lei concede nestes casos,



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

chamando ainda a atenção para a difícil concretização, em alguns casos da medida de garantir alas separadas para os casos de perda gestacional, dizendo por fim que acompanham o espírito do texto do presente Projeto de Resolução.

Concluída a discussão do PJR n.º 1218/XIV/2.ª (Ninsc. CR), será remetida ao Presidente da Assembleia da República a respetiva Informação, nos termos e para os efeitos do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

6. Discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 1219/XIV/2.ª (BE), «pela urgente criação de uma unidade de cuidados intensivos no Centro Hospitalar do Oeste», e 1248/XIV/2.ª (PCP), «pela urgente intervenção no Centro Hospitalar do Oeste»

O Deputado Ricardo Vicente apresentou o [PJR n.º 1219/XIV/2.ª](#), referindo que o Centro Hospitalar do Oeste (CHO) presta cuidados de saúde a cerca de 300 mil utentes, residentes nos concelhos de Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Peniche, Torres Vedras e em algumas freguesias dos concelhos de Alcobaça e Mafra, não existindo uma Unidade de Cuidados Intensivos (UCI), o que provoca grandes dificuldades, que foram agravadas durante a pandemia, sendo também difícil gerir a transferência de doentes que precisam desses cuidados. Assim, o BE recomenda ao Governo que proceda as diligências necessárias com vista à urgente criação de uma Unidade de Cuidados Intensivos no CHO, garantindo desta forma maior capacidade de resposta à Covid-19 e uma maior eficiência dos recursos do Centro Hospitalar.

O Deputado João Dias apresentou o [PJR n.º 1248/XIV/2.ª](#), tendo sublinhado a importância do CHO para os concelhos já referidos; as dificuldades que a população do Oeste atravessa a nível de acesso a cuidados de saúde, porquanto não existe uma UCI no CHO; as instalações limitadas, equipamentos obsoletos e o número de camas limitados em diversos serviços. Nessa conformidade, o PCP recomenda ao Governo que dê resposta aos anseios da população do Oeste face ao seu Centro Hospitalar, tomando as medidas necessárias para dotar o CHO de uma Unidade de Cuidados Intensivos e renovar as instalações das unidades existentes, garantindo uma maior capacidade de resposta da região à pandemia e aumentando a qualidade e quantidade dos demais serviços essenciais prestados à população.

A Deputada Sara Velez saudou as duas iniciativas e deu nota que o PS já teve oportunidade de questionar a Ministra da Saúde sobre este assunto e que já foi



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

anunciada a Unidade de Cuidados Intensivos nas Caldas da Rainha e em Torres Vedras.

O Deputado Hugo Patrício Oliveira referiu que o PSD já questionou o Governo várias vezes sobre a matéria sobre a qual incidem os PJRs, tendo referido que os anúncios não chegam e que é necessária uma efetiva concretização, pois a zona do Oeste precisa da Unidade de Cuidados Intensivos, razão pela qual saúda as duas iniciativas. A Deputada Ana Rita Bessa disse que o CDS-PP acompanha os dois projetos de resolução, porquanto o défice no acesso aos cuidados especializados na zona Oeste tem de ser resolvido, com a necessária articulação com os outros hospitais da região adjacentes.

Concluída a discussão conjunta dos PJRs n.ºs 1219/XIV/2.ª (BE) e 1248/XIV/2.ª (PCP), será remetida ao Presidente da Assembleia da República a respetiva Informação, nos termos e para os efeitos do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

#### 7.Outros assuntos

Foi fixada a redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 921/XIV/2.ª (NICR), que «Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção do envelhecimento ativo e saudável e de proteção da população idosa no contexto da pandemia COVID-19», com as sugestões da DAPLEN.

A reunião foi encerrada às 12:18 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a sua gravação ser acedida neste [link](#) e neste [link](#). A vídeo gravação da audição efetuada durante a presente reunião poderá ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 12 maio de 2021

**O VICE-PRESIDENTE**

**(ALBERTO MACHADO)**



## Comissão de Saúde

### ATA NÚMERO 71/XIV/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Cristina Jesus (PS)  
Hortense Martins (PS)  
Joana Lima (PS)  
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)  
Sónia Fertuzinhos (PS)  
Susana Amador (PS)  
Susana Correia (PS)  
Telma Guerreiro (PS)  
Alberto Machado (PSD)  
Álvaro Almeida (PSD)  
António Maló De Abreu (PSD)  
Cláudia Bento (PSD)  
Pedro Alves (PSD)  
Ricardo Baptista Leite (PSD)  
Sandra Pereira (PSD)  
Moisés Ferreira (BE)  
Paula Santos (PCP)  
Ana Rita Bessa (CDS-PP)  
Bebiana Cunha (PAN)  
André Ventura (CH)  
Francisco Rocha (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
João Gouveia (PS)  
Luís Graça (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Sara Velez (PS)  
Cristina Rodrigues (NINSC)

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

José Manuel Pureza (BE)

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Rui Cristina (PSD)